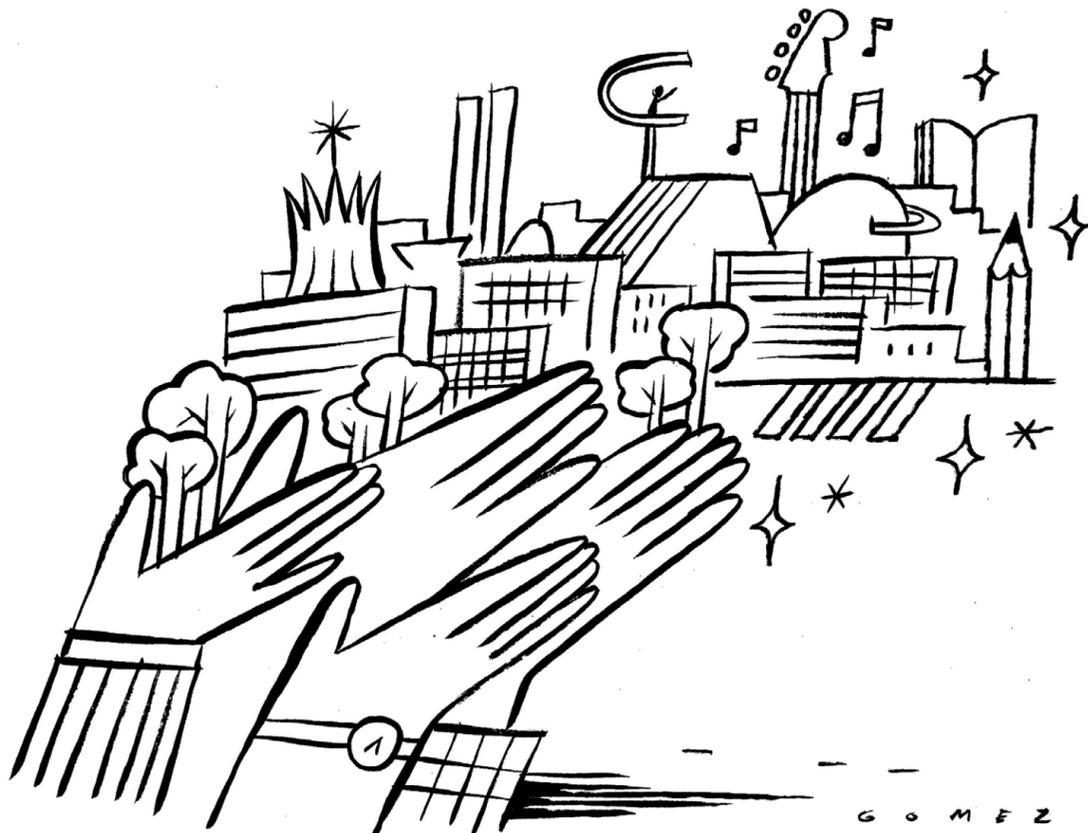


Coisas de Brasília

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)



Nosso imaginário vincula Brasília à arquitetura e às artes plásticas: Athos Bulcão, Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Burle Marx. Esses nomes e suas obras são tão marcantes que esquecemos nossas contribuições que são “coisas de Brasília”: Clube do Choro, Plebe Rude, Capital Inicial, Legião Urbana. Tendemos a esquecer que experiências sociais e políticas que saíram daqui se espalharam e ajudaram a mudar o Brasil.

A mais conhecida coisa de Brasília é a Bolsa Escola, desenhada na UnB em 1986 e implantada de forma pioneira pelo governo do Distrito Federal a partir de 1995. Com o mesmo nome, em 2001, o presidente Fernando Henrique levou o programa para 4 milhões de brasileiros. Em 2003, com o nome de Bolsa Família, o presidente Lula estendeu a todos que precisavam de uma renda mínima para sobreviver. Embora reduzindo o papel educacional — mudança no nome, retirada da gestão pelo MEC e incorporação de outros grupos beneficiados, não mais apenas as mães com filhos na escola —, o programa não perdeu sua origem como coisa de Brasília.

Na semana passada, o presidente Lula resgatou uma coisa de Brasília, adotada aqui entre 1995 e 1998, e a expandiu para todo o Brasil: a ideia de depósito em poupança no nome de alunos do ensino médio para ser resgatado quando eles concluírem seus cursos. Esse programa, aprovado agora graças a um projeto de lei da deputada Tabata Amaral, ajudará a fazer no Brasil a revolução que já deveríamos ter feito, ao garantir

todos brasileiros com ensino médio completo. Mais uma vez, a ideia muda sua característica inicial sem perder sua origem em Brasília.

Ao chamar o programa de Pé de Meia, e não de Poupança Escola, passa a ideia de que sua ênfase está mais na oferta da poupança financeira do que na capitalização intelectual do beneficiário ao concluir o ensino médio. O jovem formado para dispor do mapa, que lhe permita enfrentar a vida na busca de sua felicidade, e das ferramentas, para contribuir plenamente na construção de um Brasil melhor. A nova visão merece apoio, mas não indica que a verdadeira poupança está no conhecimento acumulado graças à formação do aluno, não no valor da poupança financeira que ele irá retirar e gastar. A ideia da Poupança Escola era usar a reserva financeira como instrumento de indução à educação; ao mudar o nome, a educação vira instrumento para criar o Pé de Meia. Mesmo assim, haverá um grande impacto positivo e podemos nos orgulhar do Brasil ter tirado proveito de uma coisa de Brasília que já poderia estar em vigor nacionalmente desde 2003.

Da mesma forma, em 1996, foi criado o Programa de Avaliação Seriada (PAS), e a UnB passou a incentivar a dedicação do aluno candidato ao longo dos três anos do ensino médio. O PAS é coisa de Brasília, graças aos reitores Lauro Morhy e João Claudio Todorov e ao governo do DF na época.

Foi em função de mais essa coisa de Brasília que, em 2004, quase 10 anos depois, o Enem passou a ser usado como vestibular. Mas com

o PAS, a UnB apoia o ensino médio, enquanto que o Enem trouxe a vantagem de um vestibular comum às universidades. Ao utilizar um só exame ao final do curso, perdeu-se a característica brasiliense de usar a universidade como incentivo ao estudo ao longo dos três anos. Mas continuou coisa de Brasília.

Até mesmo o Congresso o Brasil adotou coisas de Brasília, implantadas graças a projetos de lei de parlamentares do DF, como o piso nacional salarial para professor (Lei 11.738/2008), o acesso universal ao ensino médio (Lei 12.061/2009) e a garantia de vaga no ensino fundamental a partir dos 4 anos (Lei 11.700/2008).

Brasília também pode se orgulhar de ter sido pioneira na implantação do respeito à faixa de pedestre. Esse esforço funciona em Brasília e ainda não em outras cidades graças ao enfoque brasiliense de considerar o funcionamento do trânsito como questão primordialmente de educação, só depois de engenharia. Essa visão da educação como vetor do progresso — eficiência econômica e justiça social — é coisa de Brasília.

Projetos como Saúde em Casa, Bolsa Alfa, Projeto Saber, Mala do Livro, Telematrícula, Cesta Pré-Escola, BRB Trabalho, Temporadas Populares são coisas de Brasília que se espalharam pelo Brasil — às vezes, de forma idêntica, às vezes, com aprimoramento ou deturpação, mas sempre trazendo melhoria para o país, como o Bolsa Escola, transformado em Bolsa Família, e agora o Poupança Escola, mesmo sob a concepção de Pé de Meia.

O caminho para uma indústria farmacêutica estratégica

» REGINALDO ARCURI
Presidente executivo do Grupo FarmaBrasil

» JAIRO APARECIDO YAMAMOTO
Presidente do Conselho Administrativo do Grupo FarmaBrasil e presidente da Althaia Farmacêutica

O setor farmacêutico reagiu positivamente ao difícil cenário econômico de 2023, confirma a tendência de crescimento, que deverá ficar entre 7% e 10,5%, e encerra o ano em clima de confiança renovada. O país avançou em pautas econômicas cruciais, como o arcabouço fiscal, que limita os gastos públicos, e a Reforma Tributária. As perspectivas para 2024 são animadoras.

Não podemos esquecer que os indicadores econômicos também evoluíram no decorrer de 2023, e a taxa de juros iniciou a curva decrescente, assim como a inflação e o desemprego arrefeceram — movimentos que impactam na atividade econômica. O que se obteve até aqui, mesmo com as imperfeições da PEC que cria o novo sistema de impostos no país, foi de avanço para o setor produtivo brasileiro. E esse avanço não se restringiu apenas à esfera econômica, mas à agenda regulatória e de apoio à inovação brasileira.

A indústria farmacêutica e farmoquímica teve vitória importante envolvendo pesquisas clínicas. A aprovação, pela Câmara dos Deputados, do PL 7082/2015, que harmoniza princípios e diretrizes e estabelece regras para a pesquisa clínica com seres humanos, trouxe segurança para pesquisadores e voluntários. A regulamentação tem o potencial de atrair R\$ 3 bilhões de investimentos diretos em ensaios clínicos e movimentar R\$ 5 bilhões de atividade econômica anual, além de gerar empregos altamente qualificados, produzir conhecimento e modernizar a infraestrutura. E, acima de tudo, devolver a esperança a milhares de pacientes.

Atualmente, as pesquisas sobre novos medicamentos no Brasil são reguladas somente por resoluções normativas de cunho técnico e ético da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (Conep/CNS), respectivamente, que podem ser alteradas a qualquer momento.

A regulamentação, em vias de ser aprovada pelo Senado, mudará esse cenário ao estabelecer um sistema jurídico seguro, garantir a ética e a proteção a favor do paciente e dar celeridade aos processos de aprovação e execução dos ensaios clínicos, equiparando o Brasil aos padrões dos países com alta atividade de pesquisa, como Estados Unidos, China, França, Espanha, Reino Unido, Alemanha, Canadá, Japão e Austrália. Por isso, não hesitamos em afirmar que estamos diante do marco legal da pesquisa clínica no Brasil e temos a imperdível oportunidade de entrar, definitivamente, para o mapa mundial de inovações farmacêuticas.

Também avançou na Câmara dos Deputados o PLP 143/2019, que proíbe restringir o repasse de verbas para o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), conferindo autonomia financeira ao órgão. A medida é alinhada ao processo de neointustrialização proposto pelo governo que caminha para alavancar a economia, a pesquisa, inovação e as novas tecnologias, com vistas a resgatar a competitividade do país no cenário mundial.

Se queremos e precisamos de um INPI fortalecido, é preciso que o Estado atue para garantir seu eficiente funcionamento, com previsibilidade financeira e recursos humanos necessários para que a autarquia continue sendo um agente indutor de inovação. E o Congresso Nacional tem tido um importante papel nessa trajetória, mostrando-se favorável à ciência, à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, pilares fundamentais para o crescimento social e econômico da nossa sociedade. Vamos continuar acreditando que o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Executivo caminhem juntos e contribuindo para a construção de uma indústria 4.0.

No Poder Executivo, duas frentes importantes aconteceram em 2023: a recriação do Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (GECEIS) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Em ambos os fóruns, o Grupo FarmaBrasil participa ativamente do debate de uma política industrial que possa levar o Brasil a reduzir sua dependência externa de insumos e medicamentos. O setor é estratégico para o país e deve ter uma política industrial que demonstre essa relevância.

O diálogo entre governos, a indústria farmacêutica e universidades públicas é fundamental. As transferências de tecnologia são ferramentas importantes para o desenvolvimento e a produção de medicamentos inovadores em território nacional. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer. Importante que seja definida uma política estratégica de fortalecimento do complexo industrial da saúde, com missões a serem cumpridas por cada parte envolvida no setor público e privado, além da aprovação de medidas importantes no Congresso. São os nossos votos para 2024.

Tecnologia como ferramenta de eficiência no setor público

» ALINE RIQUETTI
Consultora sênior de Soluções de Fraude para o Governo do SAS

Adoção de inteligência artificial (IA) e analytics no setor público tem causado uma evolução significativa na forma como o governo opera e toma decisões. Essa transição não apenas melhora a eficiência das operações nos bastidores, mas também aumenta a transparência e permite uma prestação de serviços mais eficaz aos cidadãos, que estão cada vez mais exigentes.

Sem dúvida, a digitalização de serviços públicos ocorrida durante a pandemia da covid-19 foi o estopim para que governos começassem a armazenar mais dados e explorar ainda mais as informações neles contidas. Essa transição de serviços para o digital e a necessidade de fazer frente às novas exigências da população têm impulsionado uma adoção mais ampla de analytics e tecnologias correlatas, como a inteligência artificial e machine learning.

No entanto, existe uma variação significativa na maturidade da adoção de analytics no governo. Órgãos federais, geralmente tendo mais financiamento público para a aquisição de tecnologia, tendem a ser mais maduros nesse sentido. Alguns estados também têm se destacado pela incorporação do analytics em suas operações diárias, mostrando-se pioneiros no uso dessa tecnologia. Ainda assim, o quadro geral varia significativamente, e existem muitos órgãos públicos que ainda estão se organizando para avançar na utilização de dados.

Portanto, as oportunidades em analytics para governos são vastas e variadas. Na área de educação, por exemplo, dados podem ser analisados de maneira preditiva para ajudar a direcionar a tomada de decisões e mitigar problemas antes que se tornem inevitáveis. Será que a presença de bibliotecas na escola está associada ao bom desempenho do aluno? Com respostas a essas e a tantas outras perguntas, torna-se possível planejar ações corretivas, como a construção de mais bibliotecas.

Da mesma forma, na área de segurança pública, a análise avançada de dados pode ser usada para prevenir casos de violência de gênero, por exemplo, com base em dados históricos, e, assim, direcionar políticas públicas para prevenir eventos de violência.

Apesar dos benefícios evidentes, a adoção de analytics nos governos não está isenta de desafios. Um dos principais entraves está relacionado às dimensões continentais do Brasil e à diversidade de suas regiões. As especificidades de órgãos públicos em uma cidade no interior de um estado mais isolado, por exemplo, podem ser muito diferentes das de uma metrópole. Além disso, há um problema significativo na qualidade dos dados, gerando dificuldades no momento de integrar fontes de dados dispersas.

A falta de mão de obra qualificada para lidar com dados e gerar informações relevantes pode ser outro obstáculo. Nesse contexto, é preciso sensibilizar e capacitar servidores públicos

para compreender que o analytics pode auxiliar em seus trabalhos, especialmente considerando a tendência atual de engajamento da máquina pública. Reforçar a noção de que a tecnologia pode automatizar trabalhos repetitivos também pode ser um facilitador crucial para governos nessa jornada.

Em meio a essas oportunidades e esses desafios, como levar a adoção de analytics para o próximo nível em governos? O que “vira a chave” nesse sentido é uma mudança de cultura interna, que precisa ser conduzida pela alta gestão, orientada por um governo mais ágil e centrado no cidadão. Para isso, é preciso adotar uma mentalidade de adaptação e inovação aliada à disposição de abraçar a tecnologia como principal parceira na automação de tarefas, na tomada de decisão e na geração de novas ideias e formas de trabalhar.

Uma vez que a mudança de mentalidade estiver em curso, é hora de capacitar as pessoas com as habilidades necessárias para utilizar a tecnologia de forma efetiva e inovadora. Nesse ponto, é crucial introduzir esforços de compartilhamento de experiências e aprendizado, tanto internamente quanto com outros governos que tiveram sucesso no uso de analytics. Administrações públicas que trilharem esse caminho se colocarão à frente do seu tempo, aumentando a eficiência na gestão e prestando melhores serviços para seus cidadãos.